



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA / PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05/07/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Boa noite a todos. Estão presentes os Vereadores André Santos, Antônio Donato, Ely Teruel, Paulo Frange – que está numa reunião e me pediu para assumir a presidência -, Rodrigo Goulart e Silvia da Bancada Feminista.

Na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 13ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br, no link auditórios online, auditório virtual.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* diariamente, desde o dia 1º/07/2021 e, no dia 1º/07/2021, no jornal *Agora SP*, dia 02/07/2021, no jornal *Folha de São Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo: <https://www.saopaulo.sp.leg.br-audienciapublicavirtual>.

Foram convidados para esta audiência pública a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, neste ato, representada pelo Sr. Luiz Orsatti Filho, Chefe de Gabinete, representando a Secretária Ana Cláudia Carletto; Sr. Alcides Fagotti Junior, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Habitação e Secretário Executivo do Conselho Municipal de Habitação, também representando o Secretário Orlando Lindório de Faria; Arika Adachi, que estará assessorando a Secretaria de Habitação; Aleksandro Peixe Campos, Diretor Presidente da Cohab-SP e membro titular do Conselho Municipal de Habitação; Marina Melo; Marcos Gimbara; Berenice Maria Giannella, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Felipe Vono, representante do MTST.

Está presente o nosso Líder de Governo Vereador Fábio Riva.

Passemos à pauta.

- PL 390/2021, do Executivo, que disciplina o Programa Pode Entrar. Estabelecendo regras, mecanismos e instrumentos para a sua operacionalização.

Primeiramente, vamos ouvir a representante da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, representada pelo seu Chefe de Gabinete Luiz Orsatti Filho.

O SR. LUIZ ORSATTI FILHO – Boa tarde a todos os Vereadores, Colegas e a todos. Serei muito breve na fala até porque o PL não diz tão diretamente à Secretaria de Direitos Humanos, mas, de qualquer forma, a Secretaria vê com bons olhos esse PL apresentado pelo Prefeito, especialmente, porque atende parte da população vulnerável da Secretaria no seu artigo 9º, em que dá prioridade a uma reserva de cota a pessoas com deficiência – de outra secretaria -, idosos e, principalmente, mulheres em situação de violência doméstica, vê com bons olhos essa prioridade, bem como o próprio escopo do PL apresentado pelo Prefeito.

Por ora, são essas as considerações da Secretaria.

Continuo à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Vamos passar a palavra ao Sr. Alcides Fagotti Júnior, Secretário Adjunto da Secretaria de Habitação e Secretário Executivo do Conselho Municipal de Habitação.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar V.Exa., também, o meu amigo Vereador Fábio Riva, nosso Líder de Governo presente. Em nome dele, quero cumprimentar todos os demais Vereadores presentes nesta audiência; cumprimentar nossos Conselheiros do Conselho Municipal de Habitação, os representantes do Movimento de Moradia que foram alavancas para que esse projeto pudesse chegar à Câmara Municipal. Tivemos uma discussão ampla antes de ele chegar a uma minuta de lei.

Vou fazer uma apresentação, Presidente. A nossa Assessora da Sehab poderia projetar a apresentação, se for permitido.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Pode fazer a apresentação que nós a reproduzimos aqui. Quem vai fazer a apresentação é a Sra. Arika Adachi.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Sr. Presidente, demais Vereadores e participantes da audiência.

Arika, pode passar para a próxima página.

Uma contextualização da política habitacional do Município de São Paulo ao longo dos anos.

Desde 1965 até 2009, a Cohab-SP construiu cerca de 130 mil unidades, majoritariamente, financiada pelo Banco Nacional de Habitação, com uma média anual de 3 mil unidades habitacionais. Em 2009, foi o início do Programa Minha Casa Minha Vida. Até 2018, tivemos uma produção habitacional de 27 mil unidades em parceria com o Programa Minha Casa Minha Vida. No final de 2018-2019, tivemos essa contingência de recursos federais para a construção de habitação de interesse social, e a Prefeitura e o Conselho Municipal de Habitação, representando todo esse diálogo da Prefeitura com a sociedade, na discussão da política habitacional, resolveu criar novos mecanismos para a produção de habitação em São Paulo.

Pode passar, Arika.

No final de 2019, depois dessa construção com CMH, Secretaria de Habitação, em dezembro de 2019, no dia 02 de dezembro, foi publicada a Resolução do CNH 132, criando o que aprovou o Programa Pode Entrar. O Prefeito também assinou um Decreto validando essa Resolução, depois, tivemos uma instrução normativa em março de 2020 para operacionalizar o Programa.

Acontece que, em 2020, tivemos o problema com a restrição eleitoral para iniciar esse Programa e, ainda, já no final de 2020, seu decorrer e começo de 2021, enfrentávamos questionamentos jurídicos quanto ao amparo legal dessa Resolução e do Decreto que embasavam o Programa.

Pode passar, Arika.

Em 2021, já na nova gestão com o Prefeito Bruno Covas, Secretário Orlando assumiu e com nossa equipe começamos a avaliar esses pontos sensíveis sobre o amparo legal existente; começamos a estudar instrumentos jurídicos necessários para que colocássemos, realmente, em operação o Programa – era o desejo não só da Secretaria e, inclusive, dos Movimentos de Moradia, mas, também, da Secretaria para colocarmos esse

Programa para acontecer.

E veio a decisão de instituir de uma forma mais completa o Programa Pode Entrar por intermédio de um Projeto de Lei. Transformando o Pode Entrar numa política de Estado, com embasamento legal, uma política robusta e com instrumentos que poderiam ser operacionalizados de forma mais clara, com respaldo legal.

Passamos reuniões com entidades da sociedade civil, Conselho Municipal de Habitação, comissões, movimentos de moradia e entidades da categoria. Passamos a elaborar o texto. Esse Projeto de Lei antes de ser iniciada a discussão, aprovamos no Conselho, tomou-se a decisão de discutir o Projeto de Lei dentro do Conselho Municipal de Habitação.

O texto foi elaborado por uma comissão formada por membros de Conselho, representantes de movimentos, muitos presentes hoje; passamos à elaboração do texto e, na 14ª reunião ordinária do CMH, no dia 27 de maio, aprovamos a proposta final do texto, fechamos a redação e viemos para a Câmara no dia 15/06, quando enviamos o Projeto de Lei para a Câmara, o Prefeito Ricardo Nunes.

Pode passar, Arika.

Aí, há um pouco das diretrizes. Foi nisso que nós nos baseamos para criar o projeto de lei e disciplinar o programa Pode Entrar, aprovado pelo Conselho Municipal de Habitação, por meio da Resolução 132, de dezembro de 2019, e instituído mediante o Decreto 59.145, também de 2019: criação de mecanismos e instrumentalização para atuação nas diversas formas de viabilização e provisionamento de unidades habitacionais em imóveis públicos e privados; reconhecer a seleção de entidades para os imóveis que foram objeto de chamamento público da Cohab, realizada em 2015 e 2016, que era baseada no programa Minha Casa Minha Vida, um programa federal, com outro regramento; permitir regimes de produção em parceria com associações de moradia; estabelecer mecanismos para a utilização de recursos das fontes municipais para a provisão de moradias e possibilitar complementação por intermédio de repasses de recursos de outros entes federativos. Pode passar.

Um pouquinho do programa, aí, das diretrizes específicas: criação dos convênios e

parcerias para fins de provisão de HIS; criação dos modelos de contratação e gestão, a fim de fomentar parcerias com associações e cooperativas habitacionais sem fins lucrativos; legalização e comercialização das unidades habitacionais construídas nas hipóteses de atendimento definitivo; promoção de alternativas de autogestão coletiva, em parceria com organizações na entidade civil; adoção de mecanismos adequados de acompanhamento das ações realizadas no âmbito do programa; promover acesso ao crédito para a produção de empreendimentos habitacionais de interesse social em imóveis públicos e privados, para edificações novas ou por intermédio de requalificação de edificações existentes; priorização da destinação dos subsídios para empreendimentos destinados a famílias com renda de até três salários mínimos. Pode passar.

Aí, as modalidades que estão previstas no projeto: empreendimentos destinados ao atendimento de beneficiados cadastrados no Município como destinatários do programa habitacional da Sehab/Cohab; empreendimentos destinados ao atendimento de famílias removidas involuntariamente por intervenções de obras públicas; empreendimentos em parceria com associações e cooperativas habitacionais habilitadas pela Sehab/Cohab, implantados em imóveis públicos ou privados; empreendimentos ou unidades habitacionais implantados em imóveis privados.

O público-alvo do programa: nós temos, aí, o que chamamos de Grupo 1, que é o de renda familiar bruta de até três salários-mínimos e o Grupo 2, que é o de renda bruta entre três e seis salários mínimos. Para esse limite de renda, não se aplicam aqueles que estão previstos no inciso II, que são os removidos involuntariamente. Pode passar, Arika.

Aqui, fala-se um pouco do regime de produção: contratação de empresas no ramo de construção civil por um dos regimes de execução previstos na legislação federal de licitações e contratos administrativos. Essa é a contratação direta. Há a cogestão, que é a associação entre a Cohab e as associações e cooperativas habitacionais, que receberão recurso público para a contratação de empresa previamente cadastrada junto ao Poder Público, para a produção total das unidades habitacionais vinculadas ao programa, por preço

certo e total. E há a autogestão, que é a construção das unidades habitacionais desde a etapa de contratação de projetos e trabalho social até a etapa de obra e pós-obra, incluindo atividades de administração da construção e serviços de pós-ocupação, por associações e cooperativas habitacionais representantes das famílias participantes de cada empreendimento, mediante assessoria técnica e repasse de recursos providos pelo Poder Público. Pode passar.

Reconhecimento da seleção das entidades é o que eu falei, lá, sobre o reconhecimento dos chamamentos anteriormente vinculados ao programa Minha Casa Minha Vida. As entidades organizadoras selecionadas nesses chamamentos realizados pela Cohab no âmbito do programa federal Minha Casa Minha Vida poderão viabilizar empreendimentos nos imóveis a elas vinculados, por meio da adesão ao programa Pode Entrar, nos termos do regulamento, exceto nos casos em que os terrenos por fatores supervenientes tornaram-se inviáveis para a implantação de empreendimentos de Habitação de Interesse Social.

Inciso II: “havendo previsão contratual, as entidades poderão aderir a contratos de parceria público-privada (...)”

É mais uma possibilidade. Isso é uma transcrição, um pouco, do inciso II do artigo 8º e há o inciso III: “não havendo impeditivo legal de outra ordem poderão ser efetivadas as ações de convênios firmados pelas entidades junto ao Fundo Municipal de Habitação – FMH ou COHAB-SP.” Pode passar.

Aí, é um pouco do que o colega de direitos humanos falou, da demanda prioritária. Reservamos percentuais para famílias que tenham pessoas com deficiência, idosos e mulheres em situação de violência doméstica. Também está no escopo do projeto. Pode passar.

Fonte de recursos do programa: há as fontes previstas no Orçamento Municipal, repasses de outros entes federativos ou internacionais e quaisquer outras formas pertinentes à sua implantação. Estamos abrindo essa possibilidade de convênios internacionais para a provisão de habitação, além de todas as outras formas possíveis. O programa pode, depois, dependendo de como for direcionada a política federal de habitação, também receber dinheiro do Governo Federal e do Governo Estadual, enfim.

Aí, é um pouco da distribuição dos recursos, que se dividem em três modalidades, vamos dizer assim: 40% para empreendimentos destinados ao atendimento de famílias cadastradas no Município, na primeira alínea; 40% para empreendimentos feitos em parceria com entidades sociais, na segunda alínea; e 20% para a produção por meio de locação social ou carta de crédito, na terceira alínea.

Aí, há um pouco dos instrumentos para a operacionalização. A Sehab, por intermédio da Cohab ou de parceiros públicos e privados, adotará as medidas necessárias para a implementação do programa, tendo por objetivo o provimento de moradia utilizando, dentre outros, os seguintes mecanismos de atuação: provisão habitacional por intermédio de alienação ou locação de unidades habitacionais; aquisição de imóveis prontos, aptos ao enquadramento como Habitação de Interesse Social, HIS; contratação de moradias para fins de locação subsidiada por intermédio de aquisição, construção ou reforma substancial de edifícios por parte de particulares; expedição de cartas de crédito habitacionais; reaquisição de unidades financiadas aos mutuários nos programas em curso por Sehab/Cohab, para fins de nova alienação.

Pode encerrar, Arika. Quero lhe agradecer.

Presidente, isso é um pouco do que prevê o programa. Eu não estava aqui, ainda, em 2018 ou 2019, quando começou a ser discutido o programa, mas, de fato, no diálogo amplo que tivemos nesses primeiros seis meses na Sehab, percebemos que os movimentos de moradia e as famílias que estão aí, na iminência e na intenção de serem atendidas por programas habitacionais, com o esvaziamento do programa Minha Casa Minha Vida e dos recursos vindos do Governo Federal, ficaram bastante desamparados, sem um programa que atendesse essa política habitacional.

São Paulo, como sempre, está na vanguarda das políticas públicas, que normalmente são copiadas e acabam sendo implementadas em outros estados e em outros municípios depois que São Paulo as projeta. Na época, o então Prefeito, nosso saudoso amigo Bruno Covas, sensivelmente, quis criar esse programa. Aí, contou muito com a força e com o

apoio dos movimentos e do pessoal do Conselho Municipal de Habitação.

Agora, ele vem aí. Acho que a votação do projeto de lei, criando efetivamente o programa Pode Entrar, vem selar esse novo direcionamento da política habitacional de São Paulo, dando possibilidade de ganharmos escala nesse atendimento habitacional. Todo mundo sabe que o déficit habitacional é grande e a Prefeitura está aí, engajada em trabalhar esse tema ao máximo.

Presidente, é isso. Não sei se há mais algum colega da Prefeitura que quer se pronunciar. Nós temos representantes da Cohab, aqui, também. Obviamente, os Vereadores vão falar e o pessoal que está representando os movimentos e a sociedade civil também vai ter a oportunidade de falar.

Obrigado, Presidente, demais Vereadores e participantes da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Junior. Quero registrar a presença da Vereadora Juliana Cardoso. O Vereador Rodrigo Goulart está presente. Está presente o nosso Presidente, o Vereador Paulo Frange, ao qual passo a presidência, por gentileza. Vereador Paulo Frange, por favor, ocupe a presidência.

- Assume a presidência o Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura. Vamos dar prosseguimento, então, à audiência pública. O próximo...

O SR. RODRIGO GOULART – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem V.Exa. a palavra, Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Quero cumprimentar, pela apresentação, o nosso Secretário Adjunto, Sr. Fagotti Junior. Parabenizo-o pelo trabalho à frente da Secretaria de Habitação. Como bem disse, é um projeto do Prefeito Bruno Covas – e, agora, da gestão Bruno Covas – que sofre essa atualização. Com certeza, restará a maior produção de Habitação de Interesse Social para a população que merece e necessita, principalmente dos Grupos 1 e 2, como bem apresentado. Tenho certeza de que, se for para o bem da população,

como dito na apresentação, terá o apoio desta Câmara, assim como desta Comissão de Política Urbana, na qual estamos, inclusive, tratando de projetos urbanísticos na cidade, pensando, também, na produção de habitação social.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. Cumprimento o Presidente Paulo Frange, em nome de todos os Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está inscrita, já. Só vamos ouvir, agora, Vereadora Juliana Cardoso... Nós temos, ainda, do gabinete... O Sr. Alex Peixe está presente?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Opa, que prazer, Sr. Alex. Tudo bem?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Vereador, como é que está? Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tudo bem, graças a Deus.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Maravilha. Estamos aí. Um grande abraço para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Alex Peixe, tem tempo para que possa fazer uma manifestação?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, vamos lá. À disposição.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS - Obrigado, Vereador. Primeiramente, corroboro o que disse o meu amigo e colega, Secretário Juninho. Foi um empenho grande do Secretário Orlandinho. Construimos esse projeto com todo o carinho em cima da nossa experiência, com o apoio dos Vereadores, em cima do que a população precisa. Por tudo o que estudamos e vemos por aqui e vê por aqui, entendemos que seria a melhor forma de abranger a maior parte da Cidade com o programa Pode Entrar.

O programa se iniciou na gestão do Prefeito Bruno Covas, que deu total apoio a nós, assim como também agora o Prefeito Ricardo Nunes está dando total apoio e nos deu a

missão de fazermos o programa com apoio da Câmara Municipal para atender o maior número de pessoas possível. Parabéns ao Secretário Fagotti, que fez a apresentação.

A Câmara Municipal vem demonstrando cada vez mais estar do lado do povo. Tenho estado diariamente com vários Vereadores, todo dia despachando um ou outro assunto, e tudo em prol da população. Então, para nós é um privilégio muito grande poder cuidar das pessoas.

Bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Alex. Passo a palavra à Vereadora Juliana Cardoso. Tem V.Exa. a palavra. (Pausa)

A SRA. JULIANA CARDOSO – (Volume do áudio incompatível) Boa tarde,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora, o áudio não está bom. Se pudesse aumentar um pouco...

A SRA. JULIANA CARDOSO – O.K.. Presidente, tentarei outro equipamento. Enquanto isso, V.Exa. pode passar a palavra a outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Luana Alves. (Pausa)

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde, Júnior. Boa tarde, representantes da Sehab e membros do Conselho de Habitação. Vejo várias representações de movimentos sociais de diversas partes da Cidade; boa tarde a todos.

Sou Luana Alves, Vereadora, atualmente Líder da Bancada do PSOL. Para nós, é uma necessidade absoluta um projeto específico sobre habitação social. É sabido que estamos em um ano de Plano Diretor, em que várias decisões importantíssimas são tomadas; mas sabemos que o mais fundamental neste momento é pensarmos na população que está mais vulnerável na cidade de São Paulo. Essa crise econômica colocou milhares, na verdade milhões de famílias em uma situação terrível, em especial em termos de habitação. Famílias que não têm mais condições de pagar aluguel estão indo para a rua. Então, se pensarmos a habitação como prioridade nos chamados grupo 1 e grupo 2, em especial nos chamados grupos de até 3 salários-mínimos, o projeto é muito fundamental. Nesse sentido, achamos que

o projeto tem o grande mérito de ter sido em conjunto com os movimentos, com associações, movimentos sociais de ocupações, que sabem como é difícil a luta das famílias, que têm que conseguir muitas vezes na garra o seu próprio pedacinho de chão na cidade de São Paulo.

Esse é o mérito do projeto que reconhecemos e valorizamos muito. Sabemos que é um projeto cuja tramitação na Câmara tem condições de avançar em alguns pontos – os relativos à própria relação com os movimentos sociais, os relativos às prioridades das pessoas mais vulneráveis, como mulheres *etc.*. Sabemos que há pontos que precisam avançar, mas quero enfatizar que para nós, como Bancada do PSOL, é um projeto cuja votação é importante; e que seja de fato implementado na cidade de São Paulo, pensando na situação desesperadora em que estão as famílias – logicamente, em relação a todos os direitos sociais, mas em especial em relação à habitação, que dizemos ser a mãe de todos os direitos. Sem habitação, não há saúde, não há educação, não há cultura nem outras modalidades de direitos na cidade de São Paulo.

Era isso. Obrigada, Presidente. Devolvo a palavra, pois estou vendo outros Colegas da Bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Luana Alves. Tem a palavra a nobre Vereador Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estão me ouvindo agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agora sim.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Troquei de fone de ouvido. Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores e público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo. Boa tarde, movimentos de moradia, conselheiros presentes.

É notório que temos na cidade de São Paulo um grande déficit habitacional. Mas a palavra déficit é muito usada para contabilidade. Na verdade, precisamos falar sobre a dívida social histórica, principalmente em relação à população mais vulnerável da cidade de São Paulo.

A Prefeitura, em suas estatísticas, calcula que o montante de moradias faltantes

para a cidade de São Paulo é de, em média, 474 mil domicílios, mas a Cidade contabiliza 1.728 favelas cadastradas, muitas ainda em formação.

A crise econômica e social é grande e, aliada à pandemia, está empurrando muitas famílias para morarem nas ruas. Quem anda pela cidade de São Paulo, principalmente pelo Centro, tem visto famílias inteiras morando na rua. O quadro é muito dramático e requer medidas muito urgentes, não só na questão da moradia popular, mas também em relação a políticas públicas em todas as Secretarias – Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos *etc.*

Não é por menos que milhares de famílias no Brasil, sobretudo aquelas que sobrevivem com salário mínimo, gastam um terço do que ganham em aluguel. Por isso, o Brasil e a cidade de São Paulo necessitam de um grande plano de habitação. Esse é o desafio dos governos e que nós, representantes eleitos pelo povo, temos que enfrentar diariamente nos nossos mandatos.

É por isso que eu apoio, Sras. e Srs. Vereadores, o PL 390/2021, que foi aprovado nesta Casa em primeiro turno na semana passada. Tem todo o apoio desta Vereadora e de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores por diversas razões, e vou elencar algumas.

O projeto de lei foi construído considerando que as demandas dos movimentos sociais organizados foram aprovadas pelo Conselho Municipal de Habitação. Foram muitas idas e vindas, Sr. Presidente, para se pudesse chegar a um texto que dialogasse com o governo e com os movimentos.

O texto prevê atendimento habitacional para famílias de faixa 1, com renda até 3 salários mínimos, e de faixa 2, com renda de 3 a 6 salários mínimos. Claro que gostaríamos que nesse texto houvesse atendimento a famílias sem renda, para atender pessoas que não têm condições de adquirir sua casa própria. A faixa 1 é a que mais engrossa a estatística, com uma dívida social de quase 500 mil domicílios. Além disso, 40% das moradias a serem produzidas serão destinadas a famílias que foram removidas de forma involuntária de ocupações por conta de obras públicas, por exemplo. A política de auxílio-aluguel, que hoje é de 400 reais mensais, não dá para atender o aluguel de nenhuma dessas famílias. Nem no

Centro nem nas periferias é possível se encontrar aluguel nesse valor.

Depois que o Presidente Bolsonaro extinguiu o Programa Minha Casa Minha Vida, a aprovação e a execução desse projeto significa a retomada de um avanço no setor habitacional, afinal todos os brasileiros têm o direito constitucional a uma moradia digna, especialmente os que mais precisam.

Quero contribuir com um último raciocínio, Sr. Presidente. Precisamos fazer algumas mudanças, mas espero que essas mudanças que os Vereadores irão apresentar não inviabilizem o projeto que já está sendo construído com o Conselho. Que não encontremos nenhum “jabuti” daqui para a segunda votação, porque esse projeto demorou muito tempo para ser apresentado. No governo Bruno Covas, ficou por quatro anos; contanto com este, são mais seis meses. Ele é necessário para que se possam viabilizar moradias populares onde houver terrenos...

—
- Interferência de microfone aberto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vereador André Santos está com microfone aberto.

Para finalizar, Presidente, é importante que o projeto venha a ser votado nesta semana em segunda, com poucas mudanças e com avanço para a moradia popular na cidade de São Paulo.

Muitíssimo obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores e principalmente movimentos sociais e membros do Conselho presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Juliana. Passarei a palavra ao nobre Vereador Fabio Riva e peço ao Secretário Alcides Fagotti que se atente para algumas perguntas para serem respondidas ao final, para que possamos aprimorar o texto. Já deixarei uma pergunta com relação a uma situação no texto referente à retomada de imóveis com três meses de inadimplência. O seguro-desemprego paga três, quatro, até cinco meses. É possível, no texto, que possamos mudar isso para que a retomada do imóvel não se dê em três meses, mas em um período maior, que coincida com o período do seguro-desemprego? Eu gostaria que V.Exa. fosse juntando algumas dessas questões para que, ao final, possamos

tentar construir um substitutivo ou uma emenda que possa promover mudanças para aprimorar o projeto. Obrigado.

Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, abrirei mão da palavra neste momento. Em respeito aos demais participantes da audiência pública, eu gostaria de ouvi-los. Depois eu me manifesto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Fabio Riva, sua fala é esperada, uma vez que V.Exa. é especialista no assunto. Vamos deixar para o final.

Tem a palavra o Sr. José André de Araújo, participante do Movimento de Regularização Fundiária e Urbanização – MRFU Facesp.

O SR. JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO – Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do Presidente desta Comissão, nobre Vereador Paulo Frange, cumprimento todos os presentes. Na qualidade de conselheiro municipal de habitação, parablenizo o Secretário Júnior.

O Muhab sempre se posicionou no sentido de que o Pode Entrar deveria ser proposto por lei municipal devido à questão da competência do Prefeito em propor gastos, devido à Lei Orgânica. Fomos bem recebidos pelo Secretário Orlando Faria, que está conduzindo sua pasta com precisão e principalmente segurança jurídica. Lembramos que o Pode Entrar iniciou com um decreto do Prefeito Bruno Covas e, também, com a Resolução 132.

Minha preocupação principal – com todo o respeito aos Vereadores – é que o projeto não seja faturado na Câmara Municipal porque foi construído mediante consenso dos movimentos de moradia, dos conselheiros municipais que representam os diversos movimentos de moradia. Minha preocupação é essa. Há sempre uma preocupação com a questão orçamentária. Por que isso? Porque desde 2018 temos uma queda na Fonte 00 de recursos para habitação. Sabemos que através da ruptura que ocorreu em 2016 houve uma descontinuidade de recursos no Programa Minha Casa Minha Vida. Assim, a cidade de São Paulo, a maior cidade do Brasil, ficou sem um programa de habitação de interesse social.

Minha preocupação é orçamentária. A partir de agosto, os nobres Vereadores vão receber a peça orçamentária. Que eles possam destinar mais verbas para habitação de interesse social. Minha preocupação é com o Plano Diretor, com a outorga onerosa. Primeiro, com a suspensão da discussão, neste momento de pandemia, sobre o Plano Diretor. Depois, com a questão da outorga onerosa, que destina recursos para o Fundo de Desenvolvimento Urbano – Fundurb, que é uma importante fonte de recursos para esse projeto.

Então, nossa preocupação é essa. Além do mais, nós devemos destacar que a participação do Conselho Municipal de Habitação privilegia a questão da gestão democrática, o controle social perante as políticas públicas. Então, eu tenho uma preocupação, que, na Câmara Municipal, por meio de um destaque, por meio de uma emenda substitutiva, seja perdido o caráter do próprio programa.

Então, essa é minha atenção que eu chamo para os nobres Vereadores, e espero que nós possamos complementar, outra vez, a questão orçamentária.

Outro ponto que cabe destacar é a baixa execução do orçamento municipal na área da Habitação. Nós temos uma baixa execução nesse orçamento, porque não adianta ter uma velha lei e não adianta ter intenções positivas, se isso não está pautado por recursos.

Parabenizo as palavras da nobre Vereadora Juliana Cardoso, mais uma vez. Nós temos outro problema também, que é a injustiça social que existe na cidade de São Paulo, pela não aplicação da legislação do IPTU Progressivo, onde se combate a questão da ociosidade, pela falta da utilização, da subutilização dos imóveis, onde temos diversos imóveis fechados, que poderiam ser, por meio da desapropriação, utilizados para moradia de interesse social, quem sabe, quiçá, até mesmo no Pode Entrar.

Então, eu peço também atenção aos nobres Vereadores, que também têm a competência de fiscalizar a aplicação da legislação do município, para que nós possamos sim combater o mau uso desses imóveis na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. Eu agradeço a todos os conselheiros municipais da cidade de São Paulo, de Habitação e a todos os movimentos de moradia. E espero que essa lei seja aprovada

o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Está presente conosco também o Vereador André Santos, Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana; o Vereador Delegado Palumbo e a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Tem a palavra o Sr. Felipe Vono, representante da MTST.

O SR. FELIPE VONO - Eu queria primeiramente agradecer os Vereadores, os movimentos sociais e o público que está acompanhando a audiência pública. Digo primeiramente que esse projeto de lei do Pode Entrar é fundamental para a Cidade. Antes de entrar propriamente nele, quero, o mais breve possível, trazer um panorama do cenário dramático da Habitação na cidade de São Paulo, num País como um todo.

Todos sabem que o problema da moradia é crônico e afeta principalmente a cidade de São Paulo, que hoje tem o maior número de pessoas sem moradia adequada no País inteiro. Só na capital paulista, o número chega atualmente a quase 500 mil famílias, e a maior parcela desse déficit se deve ao que se chama de ônus excessivo com aluguel, isto é, famílias que comprometem parcelas significativas da sua renda para poder pagar o aluguel. Em poucas palavras, são famílias que escolhem, todo final do mês, entre pagar aluguel ou poder colocar comida na mesa da família.

Ao mesmo tempo, nós estamos vivendo um período talvez mais dramático dos últimos anos, de falta de ausência de política habitacional no País e no Estado de São Paulo. O Governo Federal extinguiu o atendimento habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida na modalidade faixa 1, que contemplava as famílias que recebiam de zero a mil e 800 reais, que é o público grosso do déficit habitacional, representando mais de 80% do déficit habitacional.

Para se ter ideia, em 2009, 50% das construções de moradia habitacional, no País, se revertiam para esse público. Em 2017, esse número cai para 4,5%, e hoje 0% do atendimento habitacional no País está revertido para aquelas famílias que hoje compõem a maioria do déficit habitacional.

Para se agravar o quadro, o desemprego hoje só, na cidade de São Paulo, já atinge

a marca de um milhão de pessoas. No entanto, todas as linhas de financiamento habitacionais disponíveis, a nível federal e estadual, têm, como condicionantes, as exigências restritivas do crédito bancário, excluindo quem mais precisa da possibilidade de obter sua casa.

As chamadas PPPs de Habitação já revelaram seus limites no atendimento de quem mais precisa.

Nesse contexto, Nobres Vereadores, é fundamental que São Paulo - como eu já disse, tem o maior número de pessoas sem moradia adequada - tenha um programa habitacional permanente, que possa atender às famílias de baixa renda. A maior Cidade da América Latina não pode ficar a reboque da omissão intencional, para não dizer criminosa, do Governo Federal em relação à política habitacional.

Nesse sentido, o programa Pode Entrar, como já foi dito, é fruto de uma luta intensa e permanente dos movimentos sociais, que, desde o congelamento do programa Minha Casa Minha Vida, tem se mobilizado, para cobrar da Prefeitura a criação de alternativas habitacionais em São Paulo. Ele representa um grande avanço, por dois motivos fundamentais: O primeiro oferece subsídio público, para que as famílias de baixa renda tenham condições de acessar o financiamento habitacional. Além disso, ele possibilita a participação direta das próprias famílias organizadas, que vão participar diretamente da gestão, tanto do projeto, quanto da obra, por meio da parceria com associações e cooperativas habitacionais.

A experiência que nós vimos com Minha Casa Minha Vida, na modalidade entidade, já provou que o formato participativo é capaz de entregar os maiores e melhores conjuntos habitacionais.

Com o intuito de aprimorar o programa, eu queria trazer aqui, em nome do MTST, algumas propostas que nós consideramos necessárias, para que ele se torne, de fato, um programa permanente, uma política de Estado.

O primeiro ponto que nós consideramos importante, para que o Pode Entrar se torne uma política efetiva é que ele, além de possibilitar - como está previsto no texto de lei, a previsão e construção de unidades habitacionais - também precisa prever a necessidade de

aquisição de áreas, onde serão implementados os projetos habitacionais.

Afinal, sem área disponível, não há obra. A cidade de São Paulo possui milhares de imóveis ociosos, tanto no centro da Cidade quanto na periferia, muitos deles já demarcados como Zona Especial de Interesse Social pelo Plano Diretor. São aqueles terrenos voltados prioritariamente ao atendimento habitacional da população de baixa renda.

É necessário que o programa possibilite, portanto, a aquisição de imóveis nesses locais pela Cohab, para que possam receber projetos de moradia habitacional de interesse social, como já determina o Plano Diretor da Cidade.

Além disso, o programa prevê a modalidade de contratação por cogestão. É aquela modalidade no qual o projeto habitacional é desenvolvido em parceria entre associações de moradia e a Cohab. Esse modelo é um grande avanço, porque garante a gestão direta por parte das famílias beneficiadas; e por isso vai resultar em unidades habitacionais de maior qualidade.

No entanto, é importante, para que as famílias que irão morar nas unidades habitacionais e as entidades que as representam possam desenvolver o projeto, tenham condições e autonomia para desenvolver o projeto que atenda à demanda dessas famílias; e o trabalho social também é necessário nesse caso, para que o programa também garanta a remuneração da equipe técnica responsável pelo acompanhamento.

Hoje essa previsão está restrita a um modelo de autogestão. Então, seria importante também, no modelo de cogestão - onde as famílias participam diretamente e não têm condições, muitas vezes, de pagar um arquiteto, um engenheiro - que o programa preveja essa remuneração da equipe técnica.

Por fim, o último ponto, que, na nossa avaliação, merece atenção, é ainda em relação ao modelo de gestão direta. Quem acompanha isso, os movimentos que acompanham a luta para se aprovar um projeto sabem que é um tempo considerável entre a conclusão do projeto e a entrega das chaves. E é muito comum que, durante esse tempo, parte dos beneficiários, as famílias que vão morar no empreendimento falecem, são do município ou

desistem.

Por isso, nossa avaliação é importante também, para que o programa preveja a possibilidade de substituição da indicação dos beneficiados pelas associações e cooperativas até a entrega da chave, por conta dessas questões contingentes que acabam acontecendo ao longo do tempo.

Era isso que eu queria apresentar. Agradeço, mais uma vez, os Vereadores por terem aberto esse espaço importante e aos movimentos que estão há anos na luta. E a gente espera que esse programa seja aprovado com a maior brevidade possível. A conjuntura em que a gente está vivendo, na Cidade, exige isso.

Muito obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu que agradeço.

Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Gostaria de cumprimentar todos os movimentos populares de luta pela moradia aqui representados. Também quero cumprimentar todos os representantes do Executivo e todos os Colegas Vereadores. Queria primeiramente saudar a vinda do projeto Pode Entrar aqui para a Câmara Municipal. Nosso mandato fez um requerimento, inclusive para que essa votação fosse acelerada e entrasse em pauta com rapidez, com celeridade, aqui na Câmara Municipal.

Lutaremos para que, inclusive, seja aprovado já em segunda votação, definitivamente, ainda antes do recesso, porque a Casa tem pressa. A fome tem pressa e a casa tem pressa e urgência. E por que é urgente o projeto Pode Entrar aqui para a nossa Cidade? Porque, desde o ano passado, nós tivemos o término, praticamente a destruição pelo Governo Bolsonaro, do projeto Minha Casa Minha Vida, e nós sabemos que o projeto Minha Casa Minha Vida atendia especialmente às pessoas e às famílias da faixa 1, que são as pessoas que ganham até três salários mínimos. Muitas não chegam a ganhar nem ao menos um salário-mínimo. Essas pessoas, na sua grande maioria, estão em 92%, O déficit habitacional do Brasil é formado exatamente por essa população, que ganha até três salários-

mínimos e que, na sua grande maioria, estão na informalidade, não possuem fundo de garantia, não possuem carteira registrada e não possuem condições de pleitear, por si mesmas, uma carteira de crédito num banco.

Por isso, não adianta fazer o que o Governo Bolsonaro fez. Foi criada a Casa Amarela, que simplesmente significa reduzir juros. Não é só uma questão de haver juros diminuídos. Ela precisa de subsídio, subsídio forte do Estado, para que consiga ter acesso a essa moradia digna.

Para isso eu queria saudar, porque o projeto Pode Entrar tem a característica de subsidiar sim, para que essas pessoas que estão na informalidade e que ganham até três salários mínimos tenham acesso à moradia, por meio de subsídio da Prefeitura, também porque foi feito de forma democrática, ouvindo todos os movimentos sociais e ouvindo os conselheiros municipais de habitação; e é preciso que isso continue sendo de forma democrática.

Eu também queria concluir dizendo que se hoje nós temos um projeto que estamos apoiando aqui na Câmara Municipal é porque esse projeto foi construído, de forma democrática, por meio de muita luta, luta de décadas dos movimentos sociais de moradia, que continuam fazendo ocupações pela Cidade e que continuam fazendo a luta direta pela moradia digna. Então, essa é a nossa contribuição hoje nessa audiência. Esperamos que o projeto seja aprovado em segunda votação ainda antes do recesso.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Miguel Gomes Lima, do Conselho Municipal de Habitação.

O SR. MIGUEL GOMES LIMA - Boa tarde a todos. Boa tarde aos Srs. Vereadores. Boa tarde ao Sr. Secretário e ao Presidente da Cohab. Boa tarde, meus colegas conselheiros. Eu vou tentar ser bem breve aqui, porque eu sei que há bastantes pessoas para falar.

Quero dizer que o projeto Pode Entrar foi discutido imensamente com conselheiros, com movimentos e com o Governo aqui representado pela Secretaria de Habitação. Nós

viemos de uma discussão de um longo dia, por volta de dois anos, trabalhando nisso ostensivamente. Foi feito isso, discutido o melhor para a Cidade. Na verdade, esse projeto tem uma importância tão grande que não é o projeto do “b” ou do “c”, é da Cidade, porque foi construído com as mãos de todos.

Eu queria chamar a atenção de todos os Vereadores para que seja aprovado o mais rápido possível, porque é um anseio da população, de quem espera por uma unidade habitacional e vê nesse projeto a oportunidade de alcançar esse sonho, de realizá-lo. Peço a todos os 55 Vereadores que olhem com atenção para esse projeto, que foi imensamente discutido; que ele não sofra grandes mudanças, porque elas também já foram discutidas com a sociedade e com os Conselhos que representam a sociedade, com a Secretaria e com os movimentos que lutam por habitação no dia a dia. É uma chamada de atenção a todos os Vereadores.

Eu acho que isto está claro para todos: uma vez que o projeto foi intensamente discutido, que passe por esta audiência e seja colocado em votação o mais breve possível e aprovado em segunda votação sem grandes mudanças, que seja aprovado da forma como foi enviado, com tudo o que estava discutido, o necessário anseio da sociedade.

Obrigado. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, conselheiro Miguel Gomes.

A próxima inscrita é a Sra. Antonia Lindinalva Ferreira do Nascimento, conselheira do Conselho Municipal de Habitação.

A SRA. ANTONIA LINDINALVA FERREIRA DO NASCIMENTO – Boa tarde. Saúdo todos os Vereadores e Vereadoras, os conselheiros municipais presentes e os convidados. É importante esta audiência... (falha na transmissão)...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Dona Antonia, está nos ouvindo? (Pausa) Travou.

A SRA. ANTONIA LINDINALVA FERREIRA DO NASCIMENTO – Desculpem-me, mas me ligaram justamente quando eu estava falando. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Fique à vontade.

A SRA. ANTONIA LINDINALVA FERREIRA DO NASCIMENTO – Eu não quero ser repetitiva sobre a importância desse projeto para as demandas de anos. Um ganho muito grande para o Município é a união dos movimentos dos conselheiros, a união de Sehab e Cohab para a promoção e garantia dessa política habitacional que a gente aguarda por tanto tempo. Foi falado que muitas unidades, ou poucas, foram construídas por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, que foi extinto e, a partir daí, a gente ficou à deriva, os movimentos, o próprio Conselho, de uma política que amparasse as necessidades das famílias da cidade de São Paulo, principalmente das mais carentes.

Construímos juntos, foi árduo, desde 2018, 2019. Chegou a 2020, veio a pandemia que dificultou mais ainda o andamento desse processo. Em 2021, juntamente com o Secretário Orlando Farias, e com o Secretário Adjunto, o Alcides Júnior, que está presente, construímos esse longo debate, que teve discordâncias e concordâncias antes de a gente bater o martelo de forma a não prejudicar as nossas lutas, as famílias nem ninguém. Os munícipes vão ser beneficiados com esse programa, que tem que acontecer. Eu peço aos Vereadores presentes que acelerem essa votação, porque a gente já aguarda há muito tempo e a gente não quer mais aguardar, até porque agora há uma grande população sem conseguir pagar o aluguel, desempregada, passando fome. A gente acredita que, se a pessoa tem de onde sair e para onde voltar, para uma moradia digna, promovida por uma política municipal, estadual ou federal, já é um grande avanço para o caminhar e para o desenvolvimento dessas famílias.

Então, a gente pede que tenham um olhar, uma urgência nesse projeto, aprovelem esse projeto. Isso vai ficar na história, e nós seremos protagonistas desse feito, dessa conquista. O ano de 2021 não vai ser esquecido de forma alguma, porque a gente conseguiu trabalhar um projeto que atende a todos e todas do Município.

Parabéns ao Município de São Paulo, aos movimentos sociais, ao Conselho Municipal de Habitação, à Secretaria de Habitação, à Cohab e a todos os envolvidos nesse processo para que esse programa avance.

Era isso, gente. Um abraço a todos e vamos juntos aprovar o mais rápido possível esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O.k., Dona Antonia. Obrigado.

Antes do Vereador André Santos, passa a palavra ao Secretário Adjunto Fagotti, deixo mais uma pergunta ser respondida ao final, para você nos ajudar.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É possível compreender, Junior, é fácil fazer a leitura de que o grande problema da Habitação de Interesse Social é encontrar a faixa 1, o HIS 1. Nessa hora que há um gargalo enorme, porque, quem ganha de três a seis salários, de seis a dez e quem pode comprar outros tipos de imóveis acabam encontrando sempre a porta aberta e oferta no mercado. A faixa 1 fica sobrecarregada sobre a Cohab, e ela, como toda máquina com a estrutura que tem, acaba tendo toda a dificuldade na produção dessas unidades.

A gente tinha dito que é quase impossível tratar do *deficit* habitacional sem trabalhar o conceito e a aplicabilidade da locação social. Se a Cohab passa a comprar do privado de uma forma em que o custo é factível, ou seja, interessante para aquisição, e ainda pratica a política da locação social... porque eu vejo com muita dificuldade o privado entrar no nosso meio para fazer a política de locação social. Viraria uma imobiliária em curto prazo e, dali a pouco, os custo chegaria a inviabilizar a locação social. Mas, se ela está conosco como política, a Cohab pode desenvolver esse tipo de trabalho? Pode-se desenvolver esse tipo de trabalho de ter esse estoque de habitações para a faixa 1 adquirido eventualmente do privado para que a política ficasse na nossa mão? Eu vou deixar a pergunta para a sua reflexão e para você responder no final.

Passo a palavra para o Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador André Santos, que está agora conosco.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Boa tarde, Presidente. Mais uma vez, quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e cumprimento os Vereadores que estão acompanhando

esta audiência pública, que está dando uma demonstração do principal, do que há dentro do coração de cada Vereador, que é a luta pela Cidade. Tanto por parte daqueles que são base aliada do Governo como daqueles que não são, houve um consenso para que esse projeto pudesse, de fato, caminhar com rapidez na Câmara Municipal, pudesse ser colocado em votação, até porque as pessoas viveram e ainda estão vivendo uma época muito difícil por conta da pandemia.

Infelizmente, muitas pessoas perderam tudo que tinham. Com o desemprego, que aumentou muito, pessoas que antes podiam pagar o aluguel ficaram numa situação muito complicada, muito difícil. Cabe ao Legislativo, aos representantes do povo, trabalhar para oferecermos condições melhores à população. São vários os representantes, lutadores, líderes de movimentos sociais de habitação e outros tantos líderes, pessoas do Conselho Municipal de Habitação, que estão participando conosco desta audiência pública, dentre tantas outras pessoas que têm lutado há tantos anos para que a nossa população tenha esse benefício.

Eu tenho certeza de que a solicitação dos Vereadores como a dos que representam a nossa sociedade está sendo acolhida pelo Executivo na figura do Vereador Fabio Riva, Líder do Governo na Câmara Municipal, que tem feito um trabalho de excelência. Eu tenho certeza de que nós vamos conseguir dar mais um passo para tornar a vida das pessoas cada vez melhor.

Aproveito para mandar um abraço ao ex-Secretário Municipal de Habitação, do nosso partido, o Republicanos, o João Farias, que também ajudou muito nessa discussão com os movimentos para a elaboração de um programa que pudesse realmente trazer tantos benefícios para a nossa cidade. Acabei de falar com por telefone e não poderia, de maneira alguma, deixar de fazer essa menção pelo excelente trabalho realizado por ele durante o período em que esteve como Secretário Municipal de Habitação. Mando também um abraço ao novo Secretário Municipal de Habitação, o Orlandinho, que também vem fazendo um trabalho com muita seriedade, permitindo que esse projeto pudesse chegar à Câmara Municipal, trazendo, com toda certeza, uma alegria muito grande a todos nós Vereadores em podermos

colaborar para que mais uma grande vitória possa ocorrer na nossa cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, André.

Nunes Lopes dos Reis, conselheiro do Conselho Municipal de Habitação.

O SR. NUNES LOPES DOS REIS – Boa tarde a todos e todas. Primeiramente eu quero parabenizar a Secretaria de Habitação pela celeridade na apresentação do projeto e testemunhar o empenho e o trabalho de todos ao longo desses anos e o desejo que o projeto seja aprovado o quanto antes com o mínimo de alterações possível.

Eu queria comentar algo que eu achei bem pertinente que foi citado no começo pelo colega André Araújo sobre a garantia dos recursos, porque, se houver alguma alteração, eu acho que seria importante a gente se atentar para isso. Isso está citado no artigo 10, se não estou enganado, FMH e de outras fontes. Talvez a importância de a gente discutir os recursos...

- Interferência sonora.

O SR. NUNES LOPES DOS REIS – Algum áudio está vazando. (Pausa) Agora melhorou.

Então, era basicamente isso de contribuição que eu acho que poderia ter de melhoria no texto em relação ao programa.

Obrigado a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O.k. Nós temos mais dois inscritos: Maria de Fátima dos Santos, conselheira do Conselho Municipal de Habitação, e Evaniza Rodrigues, do grupo de trabalho de elaboração do projeto Pode Entrar.

A Evaniza vai falar em nome das duas - Dona Maria de Fátima e dela. Portanto, tem a palavra a Sra. Evaniza Rodrigues. Na nossa lista de inscrição não há mais inscritos. Se houver, por favor, manifeste-se para que não cometermos injustiça e deixar de alguém de fora.

Tem a palavra a Sra. Evaniza.

A SRA. EVANIZA RODRIGUES – Sr. Presidente, obrigada.

Queria também justificar a companheira Maria de Fátima teve uma emergência familiar, a mãe dela está com problema de saúde e ela está neste momento indo à Bahia para ver a mãe dela. Então, todo o nosso carinho para Fátima.

Bom falar agora porque vários companheiros e companheiras já colocaram algumas coisas. Quero só ressaltar alguns pontos. Primeiro, vivemos uma emergência habitacional no País. Há um vácuo do políticas habitacionais tanto em nível Federal, como em nível estadual, para a população de mais baixa renda.

Então, a iniciativa da cidade de São Paulo repete uma tradição que a cidade de São Paulo já foi vanguarda na política de habitação em vários momentos da história e está neste momento repetindo esse processo de mostrar que o Município, sim, tem condição de ser organizar, de captar mais valia urbana para dirigir para aqueles que mais precisam. É muito importante sabermos que essa nossa ação irá refletir em todo País para que as capitais, pelo menos que têm mais recursos, possam retomar a política habitacional.

O Pode Entrar tem de ser uma política permanente. Ele não pode simplesmente ser um programa que começa e termina. Então, gravá-lo em lei deixa que isso seja uma política permanente muito importante para a continuidade. Habitação não é pãozinho, não se faz em meia hora. Portanto, precisa de uma política que continue.

Uma política adequada para cidade que prioriza os excluídos, como que o Felipe já falou, aqueles que estão fora do mercado imobiliário, os que estão fora dos programas de financiamento habitacional que têm critérios bancários e não tem critérios sociais. Então, não adianta querer ficar tentando ajustar para cá, para lá, tanto na PPPs como no Casa Verde Amarela porque o povo mais pobre não vai entrar. Então, o Pode Entrar é para que todo mundo que tem a baixa renda possa entrar de verdade.

A outra coisa é a prioridade para fazermos moradia - vamos aprender a fazer as lições - nos vazios urbanos, prédios e terrenos na Cidade que já tem a infraestrutura, já estão inseridos nos bairros que são muito mais adequados do que ficar expulsando eternamente a população pobre para a periferia. Já não temos mais para onde ir, já estamos caindo no mapa

da cidade de São Paulo. Então, essa prioridade é importante.

Principalmente, quero ressaltar pela União dos Movimentos de Moradia a oportunidade de fortalecer as organizações populares por meio das políticas com autogestão, nas quais a comunidade se organiza para pensar o projeto, para discutir a forma de produção para construir e organizar a vida comunitária a seguir.

Então, um programa que retoma inclusive os mutirões comunitários da nossa querida Prefeita Luiza Erundina, o Pode Entrar na sua modalidade de autogestão fortalece o movimento popular, fortalece o tecido social para que a gente não tenha só casa, mas tenha uma comunidade organizada vivendo com dignidade.

Então, essa era a contribuição que a gente dá e estamos esperando que esse projeto seja aprovado muito rapidamente e, ainda este ano, a gente tenha a regulamentação necessária e as primeiras contratações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Evaniza Rodrigues.

Vejo que o Vereador Gilberto Nascimento está presente. V.Exa. gostaria de falar alguma coisa?

O SR. GILBERTO NASCIMENTO – Claro, Sr. Presidente. Quero dizer que é fundamental e que assim como eu, outros Vereadores que são da Comissão e os demais Vereadores dentro do 55, temos entendido este como um programa fundamental desenvolvido pela Prefeitura, que é o Pode Entrar.

Precisamos mesmo buscar, correr atrás desse déficit habitacional. Seria leviano se falássemos: “somente neste programa vamos resolver o déficit habitacional”. Na verdade, quando pensamos no déficit habitacional, existem várias dificuldades da nossa política pública em várias áreas que levam a esse déficit habitacional. Não é simplesmente pensar em habitação. Temos de pensar também com os olhos voltados para a Assistência Social, para a Saúde, pessoal de terceira idade e tantas outras áreas. É fundamental para que a gente preste atenção.

Por isso estou feliz e quis participar quando vi as audiências públicas. Sempre gosto de entrar e ficar participando e acompanhando mesmo que aqui do escritório e o que a gente puder fazer para diminuir esse déficit habitacional, os Vereadores sabem que faço um trabalho de assistência e desenvolvimento social na Cidade, então, sou um desses centenas e milhares de coletivos que atendem a Pop Rua na Cidade. Então, conheço bem o que é a dificuldade. Conheço não de vivenciar, mas de entender, de conversar e de ouvir das pessoas. Existem algumas formas que podemos aprender na vida e uma delas é entendendo a realidade do próximo.

Fico feliz de ter aqui o Júnior, o Alcides, também o Orlandinho, o chefe de gabinete também da Assistência e Desenvolvimento Social, o Luisinho, todos empenhados junto com os Vereadores. Pude ouvir a Vereadora Silvia. Então, gente que é base do Governo, gente que não é base do Governo em um intuito só: fazer o melhor para a população de São Paulo. Então, estou muito animado para aprovarmos em segunda, se Deus quiser, o mais breve possível o Programa Pode Entrar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Gilberto Nascimento. Informo que esta audiência pública foi pedida pela liderança do Governo para Comissão de Política Urbana e ela hoje encerra a última fase da instrução do projeto para votação em segunda votação. Portanto, vou encerrar a parte das falas antes de ouvir o Secretário Júnior Fagote com a fala do Vereador Fabio Riva, líder do Governo.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente Paulo Frange, amigos e amigas Vereadoras, colegas do Conselho Municipal de Habitação, dos movimentos de luta por moradia, falo hoje com bastante alegria. Vereador Paulo Frange, V.Exa. sabe o quanto nós, de movimentos populares, especialmente, de moradia sofremos há anos com uma falta de uma política de Estado.

Quero cumprimentar dois secretários: o Secretário João Faria, que foi o Secretário de Habitação quando, em 2019, tivemos o decreto do programa Pode Entrar, discussão com o

Conselho Municipal de Habitação. Estou enxergando ali o Miguel na tela, a Evaniza e outros conselheiros. Inclusive estive numa reunião naquele momento na Secretaria, já estava como Líder do Governo, para dialogar sobre o Plano Municipal de Habitação e, também, o Programa Pode Entrar.

Infelizmente, por conta da pandemia, no ano passado, tínhamos uma conferência, a Conferência Municipal de Habitação, e no dia da conferência tivemos o falecimento do nosso querido Dudu. Foi um fato que ficou marcado para todos, os diálogos que tivemos. Confesso que hoje a gente começa a inaugurar um novo tempo, onde o protagonismo não é só do Governo Municipal, o protagonismo vai ser dos movimentos sociais, dos movimentos de luta por moradia. Quando o Governo e nascem os movimentos sociais e luta de moradia, ouvi falar na gestão da ex-Prefeita Luiza Erundina, venho de uma escola Marcos Zerbini e da Cleusa Ramos, da Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo que, com muito orgulho, represento nesta Casa e respeitando todas as ideologias, todas as modalidades de luta por moradia, a gente tem de construir um projeto de cidade, um projeto de estado e, principalmente, para socorrer aqueles que mais precisam.

Não posso deixar de lembrar do Prefeito Bruno Covas quando em uma das nossas conversas externei a ele e ao Secretário Orlando Farias e ao adjunto, que está aqui, meu amigo Júnior Fagote sobre a necessidade de encaminhar para esta Casa o Projeto Pode Entrar. Então, são inúmeras reuniões, inúmeras conversas para que a gente possa dialogar principalmente com os movimentos, com o Conselho Municipal de Habitação e a gente enriquecer cada vez mais a luta por moradia.

A coisa mais importante que uma família possa ter dois bens materiais é uma casa e, com certeza, vamos poder dentro desta Câmara Municipal e em parceria com o Governo Municipal, agora com o nosso Prefeito Ricardo Nunes, seguir e implementar essa política pública.

O Secretário Júnior deixou muito claro todas as condições de diálogo aberto, franco e sincero com os movimentos com aquilo que temos como política habitacional, uma vez que o

Governo Federal simplesmente virou as costas para esta política com a falta de recursos e subsídio.

Na Câmara Municipal, Presidente Paulo Frange, tivemos alguns avanços na Legislatura passada. Estou vendo a Vereadora Silvia da Bancada Feminista ali, que não estava na Casa. Mas na falta de implementação de políticas públicas pelo Governo Federal, aumentamos o subsídio para Habitação de Interesse Social, na Capital, de 20 mil para até 120 mil reais, o que proporcionou e propiciou a conclusão e entrega de diversas unidades habitacionais.

A pedido dos movimentos de moradia, também fizemos a isenção, a remissão do IPTU e do ITBI para que proporcionasse a esses movimentos as assinaturas com a Caixa Econômica Federal nos programas que ainda estavam pendentes. Então, sempre vale lembrar e trazer um pouquinho da memória que cada governo fez uma parte para política habitacional e assim tem de ser. Política habitacional na cidade de São Paulo não pode ter cor partidária, ela tem de ser sempre uma política de Estado, por isso que ao votar esse projeto em primeira votação, ao receber dos diversos Vereadores das diversas Bancadas - de oposição e da base do Governo - as sugestões para implementar esse projeto. São propostas para implementar esse projeto que precisa e, na minha simples e humilde opinião, temos alguns pontos que possamos melhorar.

Venho destacar uma coisa que acho que ninguém falou, não ouvi. Inclusive quero apresentar uma emenda nesse sentido do Fundo Garantidor para que possamos ter a oportunidade também de o Município, da Secretaria, inclusive, garantir a aquisição dos imóveis, os pagamentos das contraprestações. São pontos que precisamos levar ao crivo desta Câmara Municipal, mas encaminhar também ao Executivo para que possa avaliar a possibilidade deste Fundo Garantidor, da aquisição direta de unidades habitacionais. São mecanismos, são alternativas que possam complementar e somar a esses diversos artigos, incisos e parágrafos do Programa Pode Entrar.

Então, essa é a construção coletiva, a construção dos partidos, a construção das

peessoas, a construção de uma sociedade que está organizada. E por que os movimentos sociais existem? Porque o Poder Público é impessoal e ele não consegue suprir todas as necessidades, mas nós, movimentos de moradia, sabemos onde está o problema e também sabemos mostrar ao Executivo as soluções desse problema. Por isso a importância de ter nesta Casa um grupo, ou melhor, um colegiado de Vereadores e Vereadoras, que estão literalmente debruçados nesse projeto, e assim poderemos implementar com o Executivo Municipal, com o Prefeito Ricardo Nunes, o Secretário Orlando Faria e o Secretário Adjunto Junior Fagotti esse Programa Pode Entrar.

Então fica mais uma vez um agradecimento a todas as contribuições, na qualidade de Líder do Governo, tendo esta possibilidade de ser o porta-voz do Executivo na Câmara Municipal, mas mais do que isso, sendo Vereador que atua e milita no movimento de moradia, sabendo que podemos e vamos fazer mais por Habitação de Interesse Social na cidade de São Paulo, mas juntos. Ninguém faz nada sozinho, cada movimento dentro da sua característica e cada um dentro da sua ideologia, mas juntos vamos construir uma política habitacional para todos e que venha a perpetuar e em cada Governo possamos voltar e comemorar os avanços. Vamos tirar as pessoas da precariedade de uma moradia na encosta de um morro, em cima de um córrego e comemorar que essas pessoas vão ter uma casa ou um apartamento para morar.

Esse é o nosso maior desejo, a maior vocação de estar nesta Casa como homem público, defender principalmente aqueles mais vulneráveis e aqueles que ainda não têm a sua casa, mas se Deus quiser vamos comemorar juntos o sucesso de um programa aprovado nesta Câmara Municipal com a aquiescência do Executivo Municipal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Secretário Alcides Fagotti Junior., para suas considerações finais, a fala da Secretaria e respostas aos companheiros que eventualmente deixaram perguntas, para que possamos depois partir para o encerramento. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Obrigado, Presidente, Dr. Paulo Frange,

sempre uma figura muito querida e atenciosa com as demandas da sociedade, respeito muito o trabalho, eu que tive a oportunidade de o acompanhar quando estava na Casa Civil.

Vou passar um pouco, há uma grande parte do pessoal que representou a SMH, os movimentos e falou dessa construção que aconteceu do programa. Nos últimos quatro meses especialmente participei muito ativamente, tive a honra e o prazer de participar, sentamo-nos à mesa por longas reuniões de três, quatro horas. Não foi uma nem duas, foram várias reuniões tanto com todos os membros do CMH, quanto com o Grupo de Trabalho oriundo do Conselho Municipal de Habitação, onde foi discutido o texto que hoje está na Câmara.

Tenho como sugestão do próprio Presidente Paulo Frange duas questões, uma sobre os três meses, trouxemos para o texto, Presidente, só para contextualizar, vale para todos os Vereadores, inclusive, quando vejo os representantes da sociedade civil, dos movimentos, pedindo para que o texto seja pouco alterado, não alterado, votado assim como está, é porque respeitamos muito naquilo que foi possível, alteramos obviamente aquilo que era necessário para instrumentalizar o Programa, mas respeitamos muito o que já estava no próprio texto da resolução 132, do CMH. Isso estava previsto na resolução, com prejuízo obviamente, Presidente Paulo Frange, de analisarmos e depois podermos estabelecer um canal de diálogo, se o nosso Líder de Governo não se importar, com a liderança de governo, para vermos a possibilidade de alteração nesse quesito.

Com relação à locação social, foi a segunda questão que o Presidente bem colocou, o projeto traz uma seção que fala especificamente de locação social. Nós avançamos nos instrumentos para locação social justamente pensando, é importante pontuar, que diferente de faixa um do Minha Casa Minha Vida, o Programa Pode Entrar traz até três salários mínimos. Ou seja, não excluimos ninguém. Não colocamos de um a três, mas de até três salários, exatamente para trabalhar, quem sabe, essa faixa que talvez não consiga comprovar, enfim, quando se põe na lei de um a três, fica estabelecido que será de um a três. Então colocamos até três porque permite que a Prefeitura possa criar mecanismos para atender esses que não atingem ou não conseguem comprovar um salário mínimo. O texto é um pouco diferente do

que o faixa um do Minha Casa Minha Vida prevê. Esse cuidado obviamente foi dialogado com o Grupo de Trabalho nesse sentido e chegamos a essa conclusão.

Com relação à locação social, sem dúvida é uma política que a Prefeitura pretende, e essa gestão do Secretário Orlando Faria e do Prefeito Ricardo Nunes, inclusive, tivemos a oportunidade esta semana, o Secretário Orlando e o Presidente Alex Peixe levaram o Prefeito para conhecer um pouco do Vila dos Idosos, que é um trabalho de locação social feito pela Prefeitura e foi considerado um bom programa, para justamente podermos atuar e ampliar esse tipo de atendimento no Município de São Paulo.

O Felipe, que representa o Movimento MTST, já nos apresentou previamente essas questões que trouxe, tanto a questão da aquisição com a área, que era prevista no Minha Casa Minha Vida e não estava prevista no Pode Entrar, mas estamos analisando com o Jurídico. Essa proposta não foi apresentada só para nós, mas também para a Bancada do PSOL, e já tive a oportunidade de dialogar com o nosso Líder do Governo nesse sentido, para que analisássemos isso e depois o Líder de Governo possa apresentar nossas considerações para a Bancada do PSOL e, também, para o pessoal do MTST.

Inclusive, não só esse ponto da aquisição como também outro de assessoria técnica na cogestão e a substituição das famílias, não sei se é o caso de constar no projeto de lei, mas está funcionalizado e temos um parecer que deve ser apresentado o mais tardar até amanhã, Vereador Fabio Riva, para que possa dialogar com a Bancada e, também, para que possamos continuar o diálogo com o MTST.

As outras questões que foram apresentadas e já estão contempladas, ou por exemplo, as questões que o Nunes e o André falaram sobre o orçamento, obviamente pretendemos debater na Câmara. Já dialoguei com os movimentos, é importante a participação e esse grupo de movimentos de moradia não se furta ao debate, ao diálogo, são bastante ativos e isso é importantíssimo.

Também, aproveitando a fala do Vereador André Santos, das Vereadoras Silvia e Juliana, finalizando com a fala de V.Exa., Presidente, e do nosso Líder Fabio Riva, quero fazer

uma consideração com relação à sensibilidade das pessoas que estão hoje na gestão do Município, começando pelo Bruno Covas e João Faria, que foi bem citado pelo Vereador André Santos, que começou esse diálogo. Infelizmente ... (Falha na transmissão) ... um amigo querido, passando agora pelo Secretário Orlando, que teve essa iniciativa, sei que não é fácil ... (Falha na transmissão) ... um projeto de lei, uma discussão, inclusive, em muito dessa discussão tive a honra de representá-lo e agradeço, como já agradecei várias vezes publicamente os movimentos que nos entenderam e nos apoiaram.

Os conselheiros do CMH que debateram, sentaram-se à mesa de forma honrosa, se posicionando obviamente dentro de suas ideias, mas saúdo. E para finalizar, tivemos a oportunidade de apresentar para o Prefeito Ricardo Nunes, porque toda essa gestão do Pode Entrar foi feita ainda na Gestão Bruno Covas. E depois apresentamos o projeto para o Prefeito Ricardo Nunes, que assinou no dia seguinte, quando a Sehab enviou o projeto de lei para a Prefeitura. Só não assinou no mesmo dia porque enviamos no final do dia.

Ou seja, acho que São Paulo, como a Joaniza disse, temos de celebrar pessoas que conseguem sentar-se à mesa e falar de igual para igual, apesar de pensarem diferente, terem ideias diferentes, conseguem dialogar, chegar num consenso. No final, todos nós queremos as mesmas coisas, queremos promover moradia, fazer uma gestão pública de qualidade, atender aquele que precisa e a confiança que os Prefeitos, tanto o Bruno Covas, quanto o Ricardo Nunes nos concederam. O povo elegeu os Vereadores, a confiança que a população teve nos senhores para fazerem política pública de qualidade.

Para finalizar minha fala, queria saudar essa maturidade tanto do Executivo, quanto do Legislativo e da sociedade civil do Município de São Paulo que consegue dialogar. Estamos vendo bastante isso no Brasil, nem sempre se consegue sentar-se à mesa para dialogar. Infelizmente por um lado e felizmente por outro temos de comemorar essa maturidade da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Presidente Paulo Frange, Vereadores, movimentos, conselheiros, sociedade civil, todos os presentes, estou à disposição para qualquer consideração, diálogo

futuro que for necessário, tanto eu, quanto o Secretário Orlando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Alcides, transmita nossos cumprimentos ao Secretário Orlando e demais companheiros que trabalham na Secretaria com V.Exa.

Vou passar a palavra ao Vereador Fabio Riva, que quer fazer uma consideração.

O SR. FABIO RIVA – Na verdade, só queria fazer uma correção. Quero cumprimentar o Alex Peixe, da Cohab, um parceiro, e todos os seus colaboradores da Cohab, parceiros incansáveis nessa luta. Esqueci de mencionar, mas sei da competência, do trabalho do Alex Peixe à frente da Cohab.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. ALCIDES FAGOTTI JUNIOR – Queria fazer essa menção, perdão, Presidente, mas na hora de falar, no improviso acabei esquecendo o meu amigo, o parceiro Alex Peixe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É verdade, muitas vezes nem todos estão visíveis na tela, acabamos não lembrando.

Senhores, nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Estão encerrados os nossos trabalhos.